

Reforma tributária acende alerta na indústria do aço

Setor aponta risco de perda de investimentos e arrecadação em cidades do interior

Por Agatha Amorim

O futuro da indústria fluminense diante da reforma tributária dominou as discussões do Café & Negócios do Aço, promovido pela Associação dos Processadores de Aço do Estado do Rio de Janeiro (Aproaço), nesta quarta-feira (10), em Volta Redonda. Empresários aproveitaram o encontro para apresentar preocupações sobre o fim gradual dos incentivos fiscais e os possíveis impactos sobre investimentos, empregos e competitividade.

“Temos um desafio muito grande, que é a reforma tributária”, resumiu o presidente da Aproaço, Haroldo Filho, ao abrir o painel. Segundo ele, o setor teme que a perda dos benefícios fiscais comprometa a permanência de empresas instaladas no estado e afete diretamente a economia de municípios do interior.

A Aproaço reúne atualmente 41 empresas instaladas em 20 municípios fluminenses. Segundo a entidade, o segmento emprega mais de 10 mil trabalhadores, responde por cerca de 5% do Produto Interno Bruto (PIB) estadual e movimentava aproximadamente R\$ 42 bilhões na economia do Rio de Janeiro. Haroldo também citou o caso de Pinheiral como exemplo da dependência de parte do interior em relação ao setor metalmeccânico. De acordo com ele, cerca de 85% da arrecadação do município está ligada à atividade, que teria contribuído para dobrar a receita local ao longo da última década.

Indústria em crescimento, mas com incertezas

A preocupação do setor surge em um momento de expansão da atividade industrial fluminense. Dados da Pesquisa Industrial

Mensal (PIM) Regional, divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), apontam que a produção industrial do Estado do Rio de Janeiro cresceu 10,1% em abril na comparação com o mesmo mês do ano passado, desempenho superior à média nacional, de 2,7%. No acumulado de 2026, a alta chega a 7,3%, impulsionada principalmente pelas indústrias extrativas e pelo segmento de derivados de petróleo.

Para representantes da Aproaço, porém, o bom desempenho atual não elimina as dúvidas sobre o cenário dos próximos anos. A redução gradual dos incentivos fiscais a partir de 2029 e a previsão de encerramento do modelo atual até 2033 levantam preocupações sobre a permanência de empresas que se instalaram no estado justamente em razão dessas políticas.

Durante o encontro, o advogado e consultor jurídico da entida-

de, Ricardo Vollbrecht, apresentou um estudo encomendado pela associação para medir os efeitos econômicos dos incentivos fiscais concedidos ao setor. Segundo o levantamento, a política teria contribuído para a criação de 120 mil empregos industriais e de cerca de 340 mil postos de trabalho quando considerados os impactos indiretos sobre comércio e serviços, além de movimentar uma massa salarial estimada em R\$ 1,4 bilhão.

Convidado para o painel, o pré-candidato ao Governo do Estado, Eduardo Paes (PSD), afirmou que não é um defensor automático de incentivos fiscais, mas reconheceu que eles tiveram papel importante para atrair investimentos ao Rio de Janeiro e compensar desvantagens competitivas do estado.

“O mínimo que o governo do Estado tinha que ter feito era ter sentado com vocês, com a associação, para debater esse assunto”,

afirmou ao comentar as mudanças promovidas na legislação estadual. Em outro momento do painel, também defendeu que o desafio do Rio passa por reduzir obstáculos estruturais ao ambiente de negócios. “A partir de 2032, a disputa será sobre segurança jurídica, capacidade logística e redução das deseconomias externas”, disse.

Na avaliação apresentada durante o encontro, fatores como violência, roubo de cargas, insegurança jurídica e deficiências de infraestrutura elevam os custos de operação no estado e acabam sendo compensados, em parte, pelos incentivos fiscais. Sem esse diferencial competitivo, representantes do setor avaliam que empresas podem optar por concentrar investimentos em outras unidades da federação onde já mantêm operações, o que pode impactar a geração de empregos e a arrecadação de municípios do interior fluminense.



Empresários defendem medidas para evitar impactos econômicos nos municípios do Rio

MPE pede cassação do prefeito Ferreti e inelegibilidade de Jordão por oito anos

Por Redação

O MPE (Ministério Público Eleitoral) recomendou a cassação dos mandatos do prefeito de Angra dos Reis, Cláudio Ferreti, e do vice Rubinho Metalúrgico. O parecer foi emitido na terça-feira (09) pelo promotor eleitoral Daniel Marones de Gusmão Campos, que concluiu a fase de alegações finais da Ação de Investigação Judicial Eleitoral (AIJE), 147ª Zona Eleitoral. O MPE pede ainda a inelegibilidade de Fernando Jordão por oito anos. A informação é do site Tempo Real.

Pelo entendimento do MPE, os atuais prefeito e vice foram beneficiados pelo ex-prefeito Fernando Jordão, com o uso da máquina pública nas últimas eleições. O próximo passo na batalha judicial é a decisão do juiz da 147ª Zona Eleitoral de Angra dos Reis. Se a sentença

for favorável ao MPE, as defesas dos envolvidos ainda vão poder recorrer da decisão.

O caso foi parar na Justiça graças a uma ação movida pela coligação “Angra para Todos”, formada pelos partidos PL e NOVO, que denunciou que Ferreti e Rubinho teriam sido beneficiados por uma “milícia digital”. A empresa Somma, de Gabriela Athias, prestadora de serviços à Prefeitura de Angra dos Reis, seria a responsável por comandar a chamada “milícia digital”, como apontou o MPE, em seu pedido.

Somma comunicações e o processo

O jornal Correio da Manhã publicou, na ocasião das eleições municipais, reportagens sobre as investigações envolvendo a agência Somma Comunicações. As empresa, sob direção de Gabriela Athias, foi alvo até de apurações da Polícia Federal

sobre um suposto envolvimento em milícias digitais e disseminação de informações caluniosas durante eleições. A agência esteve no centro de discussões políticas devido a um contrato de assessoria de imprensa e relações públicas firmado com a Prefeitura de Angra dos Reis.

A Somma foi contratada pela Prefeitura de Angra dos REis em 2022, através de licitação, com valor estipulado em cerca de R\$ 3,3 milhões anuais para serviços de comunicação e transparência.

Na época das publicações feitas pelo Correio da Manhã, a assessoria da empresa de comunicação e a Prefeitura de Angra dos Reis emitiram notas. A gestão municipal defendeu a legalidade da contratação e afirmou desconhecer as atividades de “milícias digitais”, enquanto as demais partes se colocaram à disposição para esclarecimentos às autoridades.



Se Justiça acatar pedido de cassação, Ferreti pode recorrer